

ANFIP e entidades parceiras realizam em MG quarto evento sobre RPPS

No dia 13 de novembro, das 9h às 18h, será realizado o Seminário Regimes Próprios de Previdência Social – desafios e perspectivas. O evento ocorrerá, presencialmente, no Auditório José Alencar, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), e terá transmissão ao vivo [aqui](#).

O objetivo do debate, que contará com a participação da ANFIP e da ANFIP-MG, é analisar a real situação financeira e atuarial dos Regimes Próprios, sua regulação e normatização, e os desafios e perspectivas à luz da Emenda Constitucional 103/2019. Os interessados em participar podem se inscrever pelo e-mail rpps.mg@anfip.org.br. Ao se inscrever, o participante deve informar o nome completo, o CPF e a entidade à qual pertence e também se quer receber o certificado de participação.

A iniciativa é uma parceria de ANFIP, Fenafim, Fenafisco e Pública Central do Servidor. Esta é a quarta edição do evento, que já foi realizado em Brasília, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

PROGRAMAÇÃO

Seminário

Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) Desafios e Perspectivas

9h - Abertura

10h - Regulação, supervisão e parâmetros de cálculo de benefícios dos Regimes Próprios de Previdência

Alex Albert Rodrigues

Diretor do Departamento de Regimes Próprios de Previdência Social do Ministério da Previdência Social

Décio Bruno Lopes

Diretor-presidente da ANFIP-MG e membro do CNRPPS

Professor Nazário Nicolau Maia Gonçalves de Faria

Advogado, mestre em direito e professor de pós-graduação da UFMG

Maria Júlia Ferreira da Silva

Especialista em finanças públicas pelo IBMEC/MG, bacharel em ciências atuariais pela UFMG, analista de controle externo da Coordenadoria de Auditoria e Avaliação Atuarial do Tribunal de Contas/MG.

11h30 - Debate

12h30 - Intervalo para almoço

14h - Equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência

João Carlos Figueiredo

Advogado, presidente da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estadual e Municipal – ABIPEM e membro titular do Conaprev

Rafael Porto de Almeida

Atuário com bacharelado pela UFMG, mestre em Administração e Finanças pela UFSC e pós-graduado em Gestão da Previdência Complementar pelo Cesusc

15h - Riscos e ameaças aos regimes próprios de Previdência Social

Professor Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

Procurador do Estado de Minas Gerais, presidente do Conselho Deliberativo da Prevcom

Renê Marcos Munaro

Presidente do SINTRASEM – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis

16h - Debate

18h - Encerramento

Reforma tributária aprovada no Senado mantém previsão de Lei Orgânica do Fisco

O texto da reforma tributária (PEC 45/2019) aprovado pelo Senado Federal, no dia 8 de novembro, mantém a previsão de edição de Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT), reivindicada pelas carreiras do fisco há mais de 16 anos.

O assunto foi incluído no substitutivo do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), em sua tramitação inicial na Câmara dos Deputados, a pedido da ANFIP e das demais entidades que integram o movimento Pacto de Brasília. O objetivo é garantir maior autonomia da administração tributária federal e dos entes federados.

A LOAT está prevista no artigo terceiro do texto aprovado, que inclui o parágrafo 17 no artigo 37 da Constituição Federal, nos seguintes termos: “lei complementar estabelecerá normas gerais

aplicáveis às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispondo sobre deveres, direitos e garantias dos servidores das carreiras de que trata o inciso XXII”.

A matéria, por ter sofrido alterações, retornou para a Câmara dos Deputados, onde a expectativa é que possa ser votada ainda em 2023, em sua totalidade ou fatiada, com os pontos sem mudanças promulgados pelo Congresso Nacional e o restante sendo votado posteriormente.

A reforma prevê a substituição de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por três: Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo (IS). A proposta também prevê isenção de produtos da cesta básica e uma série de outras medidas.

ANFIP divulga informativo sobre ação do Pasep
PÁGINA 2

ANFIP critica morosidade do MGI nas negociações salariais
PÁGINA 3

I Encontro do Norte é marcado por reencontros e confraternização
PÁGINA 6

ANFIP divulga informativo sobre ação do Pasep

A ANFIP divulga a edição especial de informativo a respeito das ações do Pasep, oferecidas aos associados por meio do escritório Farag, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados. Confira [aqui](#).



O material foi elaborado pelo próprio escritório, que desenvolveu uma plataforma para que os associados solicitem o ingresso da ação, que será feito de forma individual. Ao acessar a página direitodoservidor.com.br/portal/4, é possível conferir todas as informações necessárias para dar início ao processo do Pasep.

Para o ajuizamento da ação, deve-se observar o prazo prescricional de 10 anos, contados a partir do momento do levantamento dos valores do Pasep, que ocorre, geralmente, após a aposentadoria ou em caso de algum tratamento de saúde para servidores ativos.

Vale ressaltar que a ação será ajuizada na Justiça Comum, uma vez que o Judiciário vem entendendo pela necessidade de realização de perícia judicial contábil. Por esse motivo, haverá condenação em honorários sucumbenciais, caso não se obtenha êxito nas demandas.

ANFIP e Fonacate atuam no Senado em defesa das carreiras típicas

Em audiência com o senador Paulo Paim (PT/RS), no dia 9 de novembro, o presidente da ANFIP, Vilson Romero, acompanhado de Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), e de outras lideranças do colegiado, levou ao parlamentar diversas pautas de interesse da categoria.

No encontro, no qual o senador também autografou exemplares de seu último livro, intitulado *Brasil, O Grito Calado - Reflexões na pandemia*, foram avaliados os desdobramentos das reuniões das mesas de negociação ampla e setoriais, que têm sido promovidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Também foram abordadas as preocupações dos dirigentes com os encaminhamentos acerca dos projetos sobre contribuições negociais para as entidades.

Paulo Paim, que relata o Projeto de Lei 2099/2023, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), se posicionou



favoravelmente à continuidade dos debates sobre os temas de interesse dos servidores, como a negociação coletiva, direito de greve e fixação de uma data-base, de modo, segundo ele “que seja construída alternativa que contemple governo e funcionalismo”.

Também participaram da audiência os presidentes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do

Trabalho (Sinait), Bob Machado; do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), Iolanda Guindani; e do Sindicato Nacional dos Servidores da Comissão de Valores Mobiliários (SindCVM), Oswaldo Molarino Filho, além do diretor do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Mardônio Sarmento.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



#ANFIPNACIONAL

www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP critica morosidade do MGI nas negociações salariais

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, criticou a falta de avanços no diálogo com o governo em relação à negociação do reajuste salarial e lamentou que recaia sobre os servidores as medidas de ajuste fiscal. O desabafo foi feito durante o Dia Nacional de Mobilização pelo Reajuste, realizado no dia 8 de novembro, pelas entidades integrantes do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate).

Diante desse “jogo de empurra” do governo, que cria uma mesa de negociação sem, contudo, avançar na pauta, Gilberto Pereira cobrou que os servidores permaneçam unidos e mobilizados. “A gente precisa se movimentar para mostrar a esse governo que nós merecemos tratamento digno. Não queremos nada ilegal, queremos a recomposição do salário, como está na Constituição. O arrocho cai só na cabeça do servidor. Vamos nos juntar e mostrar para o país que temos força. Somos nós que levamos a máquina pública a funcionar”, enfatizou.

O vice-presidente também lamentou que parlamentares ligados a setores econômicos pressionem para a retomada da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, que trata da reforma administrativa. “Essa reforma pretende lotear o Estado brasileiro e atacar conquistas democráticas e pactos sociais construídos desde a redemocratização”, disse. Para Gilberto Pereira, somente mobilizados os servidores poderão enfrentar o que “parece estar por vir em 2024”. Assista [aqui](#) ao pronunciamento dos dirigentes.

As entidades, em nota (leia [aqui](#)) divulgada no dia 7 de novembro, manifestaram repúdio ainda à postura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos



(MGI) que, tanto na Mesa Nacional de Negociação Permanente quanto nas Mesas Específicas já abertas, não apresentou qualquer proposta aos servidores, atrasando todos os calendários de negociação anteriormente divulgados. Também foi entregue ofício à ministra da Gestão, Esther Dweck, comunicando a insatisfação e cobrando a resolução de pautas não remuneratórias, confira [aqui](#).

Assembleia – Após a mobilização, o Fonacate realizou Assembleia Geral para analisar alternativas à PEC 32/20 e o ciclo de debates da nova agenda para a reforma administrativa; a realização da Conferência Internacional do Fonacate em 2024; a campanha salarial dos servidores para o próximo ano; pedidos de filiação e assuntos gerais.

ANFIP e Centrais pressionam governo pelo aperfeiçoamento das relações de trabalho

O presidente Wilson Romero participou da reunião das centrais sindicais, no dia 8 de novembro, em Brasília. Os dirigentes prepararam a pauta do 3º encontro do Grupo de Trabalho Interministerial (GT), do qual integram com o governo, ocorrido no mesmo dia. Em conjunto, discutiram a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente à negociação coletiva no serviço público.

Sob a coordenação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o grupo é responsável por elaborar propostas para aperfeiçoar as relações de trabalho na administração pública federal, nas três esferas, visando garantir melhores condições de trabalho, bem como reajustes e reposições salariais dos servidores do Executivo.



De acordo com Romero, o prazo do GT está terminando e os servidores aguardam a definição do texto acerca

da matéria até dezembro de 2023. Enquanto isso, os trabalhos unificados devem ser intensificados.

ANFIP e Pública Central discutem pautas de interesse dos servidores

O presidente Vilson Romero participou da reunião da Pública Central do Servidor, dia 9 de novembro, com diversas entidades representativas dos servidores públicos federais.

Os dirigentes analisaram as tratativas da Central com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), sobre a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a inclusão do direito de greve na proposta de regulamentação em discussão.

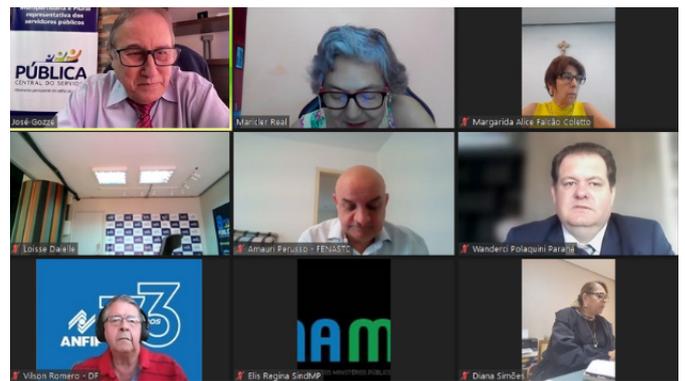
Também foi citada a participação na audiência pública do Senado Federal, realizada dia 6 de novembro, sobre o custeio e a organização das entidades sindicais. Nesse sentido, o objetivo firmado pelas centrais foi estabelecer a contribuição negocial via projeto de lei, a ser apresentado no primeiro semestre de 2024.

Vilson Romero e outros representantes do fisco aproveitaram para atualizar o grupo sobre o andamento da reforma tributária, aprovada no Senado com alterações, indicando que a matéria deve ser aprovada sem delongas na Câmara dos Deputados. A expectativa é de que haja concordância nas principais partes da reforma, já que os relatores, senador Eduardo Braga (MDB-AM) e deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), mantiveram diálogo durante o período.

As entidades monitoram ainda a tramitação do projeto Descongela Já (PLP 21/2023), de autoria da deputada Luciene

Cavalcante (Psol/SP), que foi aprovado na Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Federal. O PLP garante o descongelamento dos quinquênios, sexta-parte e licença-prêmio dos servidores, e possui abrangência nacional.

Numa próxima reunião, a Pública recebe a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) para tratar do Marco Regulatório do Serviço Público, que visa garantir o fortalecimento e a modernização da estrutura administrativa no país, assegurando aos servidores a plena liberdade sindical, o direito à negociação coletiva e melhorias como capacitação e proteção aos trabalhadores.



ANFIP debate impacto da reforma tributária na Seguridade Social

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Gilberto Pereira, contribuiu, no dia 7 de novembro, com os debates da IV Semana da Conscientização Tributária e do XXIV Seminário Paranaense de Educação Fiscal, promovidos pela Escola Fazendária do Paraná (Efaz/PR).

Gilberto Pereira afirmou que o texto atual da reforma tributária não irá solucionar os problemas da Seguridade Social. “A reforma não vai resolver o problema da Seguridade enquanto continuarem as isenções fiscais exacerbadas que o Congresso vem dando para o setor econômico”, disse, lamentando ainda os danos causados aos trabalhadores.

O vice-presidente apresentou os dados da [Análise da Seguridade Social](#), estudo editado pela ANFIP, que

mostra que, em 2022, se não fossem as renúncias, haveria um superávit de R\$ 110 bilhões no sistema. “A reforma que foi feita em 2019 na Previdência Social foi injusta, mas se reduzíssemos as isenções fiscais teríamos as contas fechadas”.

Ao abordar os problemas enfrentados pela administração tributária federal, Gilberto Pereira destacou o aumento da dívida pública, do contencioso administrativo e da sonegação. Também criticou a redução de 61,53% no número de Auditores Fiscais, que caiu de 12.120 em 2000, para 7.461 em 2020. “Para que a reforma tributária funcione é necessário ter recursos humanos, financeiros e tecnológicos, hoje nós não temos”, frisou.

Gilberto também falou sobre o Pacto de Brasília, ação conjunta de entidades representativas dos servidores da administração tributária federal, estadual, distrital e municipal. Os princípios defendidos pelo grupo incluem o pacto federativo, manutenção das estruturas nos estados e municípios, julgamento administrativo tributário, garantia de salário adequado e criação de comitê federativo composto por servidores.

A Semana da Conscientização Tributária buscou divulgar políticas públicas e medidas que conscientizem e auxiliem contribuintes no planejamento tributário, além de promover discussões e palestras que esclareçam sobre os tributos existentes e temas relacionados. Este e outros debates da série podem ser assistidos no Youtube da Efaz/PR, [aqui](#).



Pacto de Brasília reivindica garantia de manutenção dos serviços públicos

A ANFIP e as demais integrantes do Pacto de Brasília reivindicam que o Congresso Nacional garanta uma arrecadação que não ameace a redução no financiamento dos serviços públicos. A manifestação foi divulgada no dia 3 de novembro em documento elaborado em conjunto por entidades que representam servidores das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com o texto, a sugestão de um teto para a calibragem da alíquota a ser cobrada no novo sistema tributário, meramente baseado nos dados de arrecadação entre 2012 e 2021, sem aprofundamento de estudos, embasado em parâmetros de uma década atrás, trará repercussões que, ao final, limitará o direito constitucional de acesso aos serviços públicos.

Para as entidades, a definição de uma trava constitucional à carga tributária sobre o consumo poderá desamparar a maioria dos brasileiros que dependem exclusivamente dos serviços públicos, como o atendimento de saúde, de educação, de transporte, de infraestrutura, entre outros.



Além da ANFIP, integram o Pacto de Brasília a Fenafisco, Anafisco, Febrafisco, Fenafim, Sindifisco Nacional, Sindireceita e Unafisco Nacional.

Acesse [aqui](#) o documento completo.

ANFIP prestigia seminário de Inteligência Fiscal da RFB



O presidente Wilson Romero compareceu, em 6 de novembro, à abertura do IX Seminário da Coordenação de Pesquisa e Investigação (Copei) da Receita Federal do Brasil, denominado “O Papel da Inteligência Fiscal”, realizado em Goiânia (GO), entre 6 e 9 de novembro, no Auditório da Delegacia da RFB local.

Em sua manifestação, Romero destacou a importância das atividades desenvolvidas pela Copei no combate à sonegação e evasão de recursos públicos, bem como ao enfrentamento do chamado “planejamento tributário abusivo”.

A Copei conta com escritórios e núcleos espalhados em todo o Brasil, com atividades voltadas às características socioeconômicas de cada uma das 10 Regiões Fiscais da RFB.

O evento marcou o retorno das atividades presenciais de capacitação e integração dos servidores (Auditores Fiscais, Analistas Tributários e os de apoio) que atuam na área.

ANFIP recebe alunos do curso de formação de Auditores Fiscais no Paraná

O vice-presidente de Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, e os representantes da ANFIP-PR, Josemar Jorge Cecatto Santos (presidente) e João Eudes da Silva (vice Executivo), deram as boas-vindas aos alunos do curso de formação profissional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, dia 9 de novembro.

O encontro foi na Fundação Getúlio Vargas (FGV) Conhecimento, no núcleo do Paraná, em Curitiba. Após o encerramento das aulas, Márcio Gheller

se apresentou aos futuros Auditores, falou sobre sua experiência na carreira e deu dicas importantes para a nova fase. O vice-presidente também realizou uma breve apresentação institucional, colocando a Associação à disposição de todo o grupo.

No núcleo, ao todo, são 29 Auditores e 90 analistas tributários. Os candidatos disputam as vagas desde março de 2023 e, já na reta final do certame, realizam, dia 11 de novembro, a última prova do curso, de caráter eliminatório.

O conteúdo da avaliação inclui

questões relacionadas à Administração Aduaneira e modelos de controle, fluxo de informações e gestão coordenada de fronteiras, despacho aduaneiro operacional, gestão do crédito tributário, tributação e contencioso, Estado, sociedade e transformação digital, tecnologia da informação e fluência em dados, sistema público de escriturações digitais e sigilo fiscal.

A ANFIP agradeceu o espaço cedido pela FGV e ofereceu um coquetel de recepção aos formandos, desejando boa sorte e longa e profícua carreira.

ESTADUAIS

I Encontro do Norte é marcado por reencontros e muita confraternização



Aconteceu em Belém (PA), de 6 a 8 de novembro, o I Encontro do Norte dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, oportunidade em que as Estaduais e Representações do Amazonas (AM), Pará (PA), Acre (AC), Roraima (RR), Rondônia (RO), Amapá (AP) e Tocantins (TO) registraram na história da ANFIP momentos de informação e de muita confraternização entre os associados.

A mesa de abertura contou com a presença da presidente da ANFIP-PA e anfitriã do evento, Maria Oneyde Santos; da vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas, Albenize Gatto Cerqueira; do coordenador da Mesa do Conselho de Representantes, Carlos José de Castro; da coordenadora do Conselho Fiscal, Ercília Leitão Bernardo; da presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo; do superintendente da 2ª Região Fiscal, José Pereira Barros Neto; e do presidente da Delegacia Sindical do Pará (DS/PA), Tiago Lima dos Santos.

A programação reservou também espaço para a Receita Federal do Brasil, com a presença do superintendente da 2ª Região Fiscal, José Pereira Barros Neto, e para relatos da história de Belém, com o jornalista Marcelo Pinheiro.

As palestras institucionais, realizadas dia 8 de novembro, contaram com a participação do vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, que apresentou detalhes do plano de saúde e das parcerias empresariais que oferecem

benefícios aos associados, e de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, que relatou a tramitação das ações judiciais impetradas pela ANFIP.

O assessor econômico Vanderley José Maçaneiro também esteve presente, comentando os dados levantados na publicação Análise da Seguridade Social em 2022. Não faltou informações sobre alimentação e longevidade, com a nutricionista Vanessa Vieira Lourenço Costa.

Nos três dias de evento, os participantes puderam ainda vivenciar a cultura regional, com muita música, danças folclóricas e saborosa culinária. Também puderam conhecer Belém por meio de passeios a pontos turísticos. A ANFIP e as Estaduais e Representações da região Norte se sentem honradas com a realização do Encontro e por dividir momentos especiais com vários associados.

Confira [aqui](#) o álbum de fotos do dia 6/11 e [aqui](#), do dia 7/11.



ANFIP presta contas aos associados de Goiás



Em reunião almoço realizada no dia 6 de novembro, no centro de Goiânia (GO), com a presença de associados e diretores da ANFIP-GO, o presidente Wilson Romero relatou as atividades da Entidade nacional.

Romero detalhou a participação nas discussões da Mesa Nacional de Negociação Permanente do governo federal em busca da recomposição salarial dos servidores e do atendimento de pautas não remuneratórias. Falou ainda sobre o intenso trabalho parlamentar que tem sido desenvolvido a favor da reforma tributária e expôs o andamento das principais ações judiciais da Associação.

Também esteve presente no encontro a integrante do Conselho Curador da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges.

ANFIP-MG presente em reunião de dirigentes dos RPPS



O presidente da ANFIP-MG, Décio Bruno Lopes, participou, nos dias 8 e 9 de novembro, da 77ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), que aconteceu em Poconé (MT). Décio Lopes é conselheiro titular do CNRPPS, indicado pelo Fonacate/ANFIP, como representante dos servidores públicos federais.

No encontro, foram discutidos temas como compensação previdenciária, estratégia de gestão dos RPPS, temas jurídicos relacionados aos Regimes Próprios, contribuição PIS-Pasep pelos RPPS, assuntos atuariais, balanço da EC 103/19, Lei de Responsabilidade Previdenciária, dentre outros.

Para Décio Lopes, as reuniões representam a oportunidade de se estabelecer um debate franco sobre as questões

enfrentadas pelos Regimes Próprios, além de serem um estágio prévio para as proposições de alterações legais e normativas a serem debatidas e aprovadas no âmbito do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, cuja reunião ocorreu em Cuiabá (MT), também no dia 9 de novembro.

No CNRPPS, os dirigentes abordaram a consolidação do RPPS no estado do Mato Grosso, propostas de alteração na Portaria MTP 1467/2022 e o planejamento de ações do colegiado.



BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Plataforma de benefícios da ANFIP faz esquentar de descontos da Black Friday

SAMSUNG Até 55% de desconto*	RENNER 15% de desconto*	Domino's Pizza 40% de desconto*	Mash. Até 80% de desconto*	Jequiti Até 40% de desconto*	ZATTINI Até 85% de desconto*	Unidas aluguel de carros <ul style="list-style-type: none"> • Linha SUV com 12% de desconto* • 2 condutores adicionais grátis* • Pagamento antecipado para reservas da linha SUV tem +15% de desconto** • Inclusão do condutor adicional diretamente na loja*
NETSHOES Até 85% de desconto*	oBoticário Até 50% de desconto*	AliExpress Até 80% de desconto*	shoestock Até 85% de desconto*	LUCKAU profissionais Até 35% de desconto*	ATLAS ELETRODOMÉSTICOS Até 20% de desconto*	Localiza MEOO <ul style="list-style-type: none"> • 3% de desconto no total do contrato* • R\$ 1.200,00 de desconto em uma mensalidade*

Descontos imperdíveis no mês da Black Friday você só encontra no ANFIP Tem +Vantagens. Isso mesmo! Samsung, Renner, Domino's Pizza, Netshoes, Boticário, Aliexpress, Mash, Jequiti, Zattini, Shoestock, Luckau, Atlas Eletrodomésticos e muito mais.

Acesse a plataforma, [aqui](#), e garanta os benefícios que só os associados da ANFIP têm. Aproveite ainda os descontos em aluguéis de carros. Unidas e Localiza Meoo estão com condições incríveis.

Acesse e confira!

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
(61) 99973-5776 (WhatsApp)
E-mail: aposentadoriaspensoes@anfip.org.br

CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)
E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)
E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)
(61) 98176-9051 (WhatsApp)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)
E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
(61) 98366-6006 (WhatsApp)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Benevix (Concierge): (27) 99663-6339
concierge@benevix.com.br
Benevix/Unimed: 0800 606 7272
Geap: 0800 728 8300